RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano V, v.1, n.1, jan/julho 2025. | submissão: 15/02/2025 | aceito: 17/02/2025 | publicação:19/02/2025

"LÁPIS COR DE PELE": DIVERSIDADE OU EXCLUSÃO?

"SKIN-COLORED PENCIL": DIVERSITY OR EXCLUSION?

Ayla Micéia dos Santos Araújo
Universidade Federal do Piauí
aylamiceiaam@gmail.com

Alessandra Raniery Araújo Alves de Sousa
Universidade Federal do Piauí
alessandra-raniery@hotmail.com

Marcieva da Silva Moreira
Universidade Federa do Piauí
marcieva2010@hotmail.com

Odilanir de Oliveira Leão
Universidade Federal do Piauí
odilanir@ufpi.edu.br

Caryne Maria da Silva Gomes
Universidade Federal do Piauí
carynegomes@ufpi.edu.br

RESUMO: Este estudo examina a representatividade nos materiais artísticos utilizados na educação infantil, com foco nos "lápis cor de pele", durante o processo de alfabetização. A pesquisa, baseada em observação direta e participativa com crianças em contextos escolares, destaca a importância de trabalhar a diversidade desde a infância. Materiais que consideram diferentes tonalidades de pele podem influenciar positivamente o desenvolvimento da identidade, a autoestima e a interação social das crianças, além de fomentar uma compreensão mais ampla sobre diversidade étnica. A pesquisa justifica-se pela necessidade de construir uma sociedade inclusiva desde os primeiros anos escolares. Os resultados ressaltam a urgência de mobilizar a comunidade escolar para adotar e divulgar materiais que representem a pluralidade étnica nas salas de aula. Para compreendermos mais sobre o assunto, conversaremos com as/os autores como CRUZ (2018), GOMES (2017), GUIMARÃES (2009), LINDEN (2018) e OLIVEIRA (2017), que serviram como base dos estudos sobre a temática abordadas. A discussão se concentra na importância de promover a discussão/diálogo de viabilizar o desenvolvimento de atividades de alfabetização que despertem nas/os alunas/os o interesse pela investigação das variedades étnicas desde as séries iniciais. A promoção de atividades que despertem nas crianças o interesse pela diversidade étnica desde as séries iniciais é essencial, para isso, é necessário o engajamento contínuo de educadores, gestores, pais e formuladores de políticas, a fim de minimizar os impactos do racismo no ambiente escolar e garantir uma educação infantil mais inclusiva e equitativa.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Palavras-chave: Educação infantil; afrodescendência; diversidade; lápis cor de pele; alfabetização.

ABSTRACT: This study examines the representation of artistic materials used in early childhood education, focusing on "skin-colored pencils" during the literacy process. The research, based on direct and participatory observation with children in school contexts, highlights the importance of working on diversity from childhood. Materials that consider different skin tones can positively influence the development of identity, self-esteem and social interaction in children, in addition to fostering a broader understanding of ethnic diversity. The research is justified by the need to build an inclusive society from the early school years. The results highlight the urgency of mobilizing the school community to adopt and disseminate materials that represent ethnic plurality in classrooms. To understand more about the subject, we will talk to authors such as CRUZ (2018), GOMES (2017), GUIMARÃES (2009), LINDEN (2018) and OLIVEIRA (2017), who served as the basis for the studies on the topic addressed. The discussion focuses on the importance of promoting discussion/dialogue to enable the development of literacy activities that awaken students' interest in investigating ethnic varieties from the early grades. Promoting activities that awaken children's interest in ethnic diversity from the early grades is essential, and for this, the continuous engagement of educators, managers, parents and policy makers is necessary, in order to minimize the impacts of racism in the school environment and ensure a more inclusive and equitable early childhood education.

Keywords: Early childhood education; Afro-descendants; diversity; skin-colored pencils; literacy.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a representação étnico-racial nos materiais artísticos utilizados na educação infantil, com ênfase no "lápis cor de pele". Essa expressão, tradicionalmente associada a uma cor pálida, desconsidera a ampla diversidade de tonalidades presentes na sociedade brasileira. Tal invisibilização pode impactar negativamente a formação da identidade, a autoestima e a compreensão das diversidades étnicas das crianças tanto dentro quanto fora do contexto escolar.

Com a publicação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, diversas mudanças curriculares ocorreram. Contudo, as produções de autoras e autores afrodescendentes e materiais que abordam africanidades ainda enfrentam exclusão ou são consumidos em menor quantidade, muitas vezes escritos por pessoas com características eurocêntricas, desconectadas do público que utiliza essas obras.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A representação nos materiais escolares pode fortalecer o reconhecimento das crianças como seres valorizados e enaltecidos. Essa prática contribui para reparar os danos causados pelo racismo institucional e estrutural, além de promover o respeito à diversidade cultural. Ao nos reconhecermos em produções audiovisuais e produtos do cotidiano, construímos uma relação positiva com nossa identidade.

As ações realizadas neste estudo incluem o desenvolvimento de oficinas com crianças e atividades que propiciaram reflexões sobre diversidade étnico-racial, a identificação das emoções dos estudantes e o fortalecimento do papel da comunidade escolar na criação de um ambiente inclusivo. Foram realizados três momentos principais: Discussão sobre a relação entre alfabetização e diversidade étnico-racial; exploração crítica do tópico “Pinte com o lápis cor de pele! Mas de qual pele?” e uma oficina onde os alunos refletiram sobre suas próprias experiências, envolvendo temas como racismo, através da contação de histórias.

Neste contexto, o presente trabalho busca examinar a influência dos "lápis cor de pele" no desenvolvimento social e cognitivo das crianças, propondo práticas pedagógicas que mobilizem educadores, gestores, pais e políticas públicas para uma educação inclusiva e equitativa desde a infância. Este estudo investiga as percepções de crianças de 6 a 7 anos sobre a representação étnico-racial por meio de atividades pedagógicas com “lápis cor de pele”, promovendo rodas de conversa sobre diversidade.

2 MARCO TEÓRICO

O conceito de "lápis cor de pele" reflete uma construção social e histórica da racialização das cores e da identidade. Historicamente, materiais escolares e artísticos foram padronizados para representar a pele de pessoas brancas como a cor "natural" do ser humano. Essa padronização não apenas reforça estereótipos raciais, mas também exclui a diversidade racial, contribuindo para processos de invisibilização e desvalorização de pessoas negras e de outras etnias. Este referencial teórico busca embasamento em estudos sobre racialização, identidade e educação para compreender o impacto dessa normatização na formação infantil e na consciência racial.

A racialização das cores não ocorre de maneira neutra, mas dentro de um contexto histórico e social marcado pela hegemonia da branquitude. Estudos de autores como Fanon (1952) e Hall (1997) demonstram como a construção da identidade racial está ligada a processos

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

históricos de dominação, onde a cor branca foi estabelecida como referência universal. Fanon (1952, p. 116) argumenta que:

> O branco se define como referência e superioridade, ao passo que o negro se vê pela negação. A sociedade colonial impõe ao negro uma identidade negativa, vinculada à inferioridade e à subalternidade. Ele se descobre não como sujeito autônomo, mas como um reflexo distorcido do olhar do outro, do branco, que o define e o classifica." (Fanon, 1952, p. 116)

Essa normatividade se expressa em diversos aspectos culturais e materiais, como no próprio uso da expressão "lápis cor de pele", que pressupõe uma única representação possível da cor da pele humana. Fanon levanta uma discussão central sobre a construção da identidade negra em uma sociedade racializada. Ele argumenta que, no contexto colonial e pós-colonial, a branquitude se estabelece como referência universal de humanidade, enquanto a negritude é construída em oposição a ela, muitas vezes associada à inferioridade e à subalternidade. Esse processo impede que a pessoa negra se reconheça de forma autônoma, pois sua identidade é mediada pelo olhar do outro — o branco — que o define e o classifica dentro de um sistema hierárquico de poder.

A partir dessa discussão, podemos entender como o racismo estrutural opera não apenas na sociedade, mas também na formação subjetiva dos indivíduos. No contexto educacional, por exemplo, essa dinâmica pode ser observada na falta de representatividade de crianças negras nos materiais escolares, como no caso do “lápis cor de pele”, que naturaliza a pele branca como padrão. A ausência de referências positivas da negritude pode reforçar sentimentos de exclusão e baixa autoestima, consolidando o que Fanon descreve como uma identidade negativa imposta pela lógica colonial.

A teoria da branquitude, desenvolvida por autores como Frankenberg (1993), evidencia que o privilégio branco se estabelece a partir da invisibilização de outras identidades raciais. Frankenberg (1993, p. 1) define a branquitude como:

> Um conjunto de posições culturais que estruturam a sociedade e garantem privilégios àqueles que dela fazem parte. A branquitude opera como um padrão invisível de normalidade, onde sua supremacia é mantida pela negação e pela exclusão sistemática dos demais grupos raciais." (Frankenberg, 1993, p. 1)

O autor descreve a branquitude como um sistema de privilégios estruturais que se mantém por meio da invisibilização das demais identidades raciais. Esse conceito ajuda a

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

compreender como os materiais escolares podem desenvolver as desigualdades raciais: ao considerar apenas um tom de pele como “normal”, a escola contribui para a manutenção da supremacia branca de forma implícita. A luta por uma educação antirracista passa, portanto, por romper essa estrutura e garantir representatividade a todas as crianças, possibilitando uma identidade racial positiva.

Nesse sentido, quando crianças negras não encontram representação nas cores padronizadas, reforça-se um processo de exclusão simbólica e psicológica. A psicologia do desenvolvimento infantil, notadamente nos trabalhos de Vygotsky (1989), sugere que a identidade se forma a partir das interações sociais e dos significados culturais internalizados. Vygotsky (1989, p. 64) ressalta que:

> O desenvolvimento da consciência ocorre por meio das interações sociais, sendo influenciado pelo ambiente e pelas ferramentas culturais disponíveis. As crianças internalizam conceitos, significados e valores que moldam sua identidade e sua percepção de mundo, de acordo com os estímulos oferecidos pela sociedade." (Vygotsky, 1989, p. 64)

Para crianças negras, a falta de materiais que representem sua cor de pele pode gerar um sentimento de exclusão e desvalorização de sua identidade racial. A perspectiva de Vygotsky reforça a importância dos materiais escolares na formação da identidade da criança. Se os instrumentos culturais disponíveis — como livros didáticos, brinquedos e lápis de cor — não refletem a diversidade racial, as crianças negras podem internalizar a ideia de que sua identidade é menos válida ou até inexistente. Isso demonstra a necessidade de remunerar os recursos educacionais para que sejam representativos e inclusivos, permitindo que todas as crianças construam uma identidade racial positiva.

Bell Hooks (1992) argumenta que a construção da identidade racial deve ser fortalecida a partir de representatividade e educação antirracista. Hooks (1992, p. 34) enfatiza que:

> A representatividade racial positiva é um dos caminhos para quebrar ciclos de inferiorização e fortalecer a autoestima das crianças negras. A ausência de imagens e narrativas que afirmem a beleza e a dignidade da negritude resulta em uma internalização da inferioridade e da inadequação." (Hooks, 1992, p. 34)

A autora enfatiza que a construção de uma identidade racial saudável exige representatividade positiva desde a infância. No caso do lápis "cor de pele", a padronização de um único tom como referência pode fortalecer a inferiorização das crianças negras, ao passo que a introdução de materiais diversos contribui para uma percepção mais ampla da

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

humanidade. Assim, a educação tem um papel crucial na desconstrução do racismo ao oferecer modelos que valorizem todas as identidades raciais. Isso inclui reformulações nos materiais escolares e no próprio discurso educacional, de modo que se possibilite um reconhecimento positivo das diferenças raciais.

A educação desempenha um papel fundamental na desconstrução de padrões racializados. Estudos como os de Cavalleiro (2001) aponta que uma educação antirracista exige não apenas a inclusão de conteúdos sobre diversidade racial nos currículos, mas também a revisão dos materiais pedagógicos utilizados. Cavalleiro (2001, p. 48) ressalta que:

> O silenciamento da questão racial no ambiente escolar contribui para a perpetuação das desigualdades raciais. A escola não pode ser um espaço onde as crianças negras se sintam desprovidas de identidade ou marginalizadas. A reformulação dos materiais didáticos e a presença de professores preparados para lidar com a diversidade são passos fundamentais para a construção de uma educação realmente inclusiva." (Cavalleiro, 2001, p. 48)

A ausência de debate sobre racismo na escola contribui para sua reprodução de práticas de invisibilização da criança negra e negação da sua identidade. O uso do lápis "cor de pele" como padrão é um exemplo desse silenciamento, pois ignora a diversidade e reforça desigualdades. Para enfrentar esse problema, é necessário não apenas modificar os materiais didáticos, mas também capacitar os professores para trabalharem na diversidade racial de forma crítica, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo.

A partir da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, surgiram iniciativas voltadas para a ampliação da representatividade negra na educação infantil. A inclusão de materiais com ampla gama de cores para representação da pele é uma dessas estratégias, permitindo que crianças negras se reconheçam de maneira positiva.

A discussão sobre a representação étnico-racial nos materiais didáticos está intrinsecamente ligada à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Segundo Gomes (2017), “a escola desempenha um papel central na reprodução ou superação de estereótipos raciais”, sendo fundamental que os materiais utilizados no processo educativo reflitam a diversidade existente na sociedade.

A utilização de materiais que consideram diferentes tonalidades de pele, como conjuntos variados de lápis de cor, promove a construção de identidades positivas e fortalece a autoestima das crianças afrodescendentes. Para Oliveira (2017), “a representação da diversidade em

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

materiais artísticos é uma ferramenta poderosa na desconstrução de preconceitos", pois permite que as crianças se reconheçam e se valorizem.

Portanto, a problematização do lápis "cor de pele" não é apenas uma questão simbólica, mas um reflexo das estruturas raciais enraizadas na sociedade. Para avançar na luta antirracista, é fundamental que a educação atue na desconstrução desses padrões, promovendo diversidade e garantindo que todas as crianças possam se reconhecer positivamente no ambiente escolar.

2.1 Como podemos dialogar com a alfabetização e as relações étnico-raciais na educação infantil?

O Brasil é um país marcado historicamente pelo sistema de escravização. Os povos que eram trazidos da África e povos indígenas que aqui já residiam, tinham seus direitos como pessoa humana violados, pois eram maltratados, escravizados e mortos por um sistema econômico de opressão, violência a mulheres e homens afrodescendentes. No último Censo 2010, feito pelo IBGE, tínhamos 81 milhões de pessoas, sem o Ensino fundamental completo, ou semianalfabetas e analfabetas funcionais.

Nesse sentido, a meta é que todas/os possam avançar na educação, não apenas um grupo, certo? Sendo esse número registrado, o maior quantitativo era entre as pessoas autodeclaradas negras (cerca de 39 milhões de pardas e 7 milhões de pretas). Assim reverberou negativamente em todos as esfera educacional-política-econômica-social, tornou-se um tema central para o reivindicação, debate e luta sobre o acesso a escolarização, da séries iniciais, alfabetização ao ensino superior das/os alunas/os das escolas brasileiras.

Partimos do pensamento de que a alfabetização pode ser definida como um processo de desenvolvimento de habilidades para aprender a ler e escrever para a autora Colello:

> A compreensão das intrincadas dimensões da língua escrita (linguística, sociocultural, cognitiva e pedagógica) parece especialmente oportuna porque sustenta: trazer o mundo para dentro da sala de aula, tornar a escola instância articulada ao contexto de vida, lidar com diferentes possibilidades de interpretação. (Colello, 2012, p.1).

Neste processo decodificação do alfabeto, utilizamos habilidades cognitivas, motoras pelas/os, que partilham da Língua Portuguesa no Brasil. As mudanças sobre os paradigmas de formação docente, construção de novos currículos, são foco de debate com frequência no cenário educacional, a fim de que haja, uma melhoria da qualidade da educação básica oferecida

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

as populações menos favorecidas, no entanto, esse debate estende-se para além do chão das escolas e universidades.

Historicamente o país passou por um longo período em que se utilizou de diferentes concepções, etapas e modalidades de alfabetizar e pensar a alfabetização tal qual conhecemos hoje. Apontamos como marco desse processo, na década de 1960, os estudos do professor/pesquisador/escritor Paulo Freire (1921-1997), que muito contribuíram para a realização dessa etapa tão importante na vida não só dos alunos(as), mas de professores(as) alfabetizadores(as).

Tiveram destaque, nesse cenário, a experiência mundialmente conhecida e divulgada de Paulo Freire alfabetizando adultos no estado do Rio Grande do Norte, conhecida como "As 40 horas de Angicos". Posteriormente Emília Ferreiro (1937-2023), inspirada/supervisionada nos estudos de Lev Vygotsky (1896-1934), tornou-se referência quando o assunto é a alfabetização. Neste sentido, todas as construções marcaram/marcam o que conhecemos hoje como alfabetização ou ato de alfabetizar.

Os avanços/retrocesso das Leis Orgânicas do Ensino a Lei 5.639/71, ditavam ares tecnicistas à educação, distribuindo a população pobre para o mercado de trabalho e elite para o ensino superior (Shiroma; Morais; Evangelista, 2002). A escola é a porta-voz para a organização dos saberes que o indivíduo traz na primeira infância da família e dos ambientes que o rodeiam.. Sobre essa temática, Ferreiro (2011):

> O processo de alfabetização não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Como objeto cultural, a leitura e escrita cumpre diversas funções sociais e tem meios concretos de existência (especialmente nas concentrações urbanas). O escrito parece a criança, como objeto de propriedades especificas e como suporte de ações e intercâmbios sociais. Existem inúmeras amostras de inscrições nos mais variados contextos (letreiros, embalagens, tevê, roupas, periódicos etc.) Os adultos fazem anotações, leem cartas, comentamos periódicos e procuram um número de telefone etc. Isso é produzem e interpretam a escrita em variados contextos. (Ferreiro,2011, p.44)

Enquanto vivermos em uma sociedade marcada por cotidianos desiguais de acesso a questões básicas, como saúde, educação, segurança etc., questões refletem, que estamos diante de um cenário de mudanças partir de metas e ideais, encontrarem soluções para a melhoria da educação básica e condições efetivas importantes à implantação das mesmas.

Como já mencionado, a situação acima nos convida a refletir sobre a importância de pensarmos criticamente e reflexivamente em relação ao currículo, avaliação, gestão das escolas

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

e órgãos formadores e de formação continuada, que garantem o acesso à alfabetização, reconhecendo necessidades e particularidades, de forma a pensar equidade nos sistemas de ensino que geram e regulamentam a educação no Brasil. Nesse sentido, Colello (2021):

> [...] Vivemos em uma sociedade letrada, como as tecnologias da comunicação Afinal, como vivemos em uma sociedade letrada, como as tecnologias da comunicação pressupõem um trânsito no universo linguístico, como a sobrevivência digna depende da inserção produtiva das pessoas no mercado de trabalho, o ensino da língua escrita parece uma obrigação primeira da escola, constituindo-se, simultaneamente, como meta (o objetivo de aprender a ler e escrever) e meio (o objetivo de aprender a ler e escrever para que, simultânea e posteriormente, se possa aprender outros conteúdos previstos pelos sistemas de ensino ou imprevisíveis no curso da vida) .(Colello ,2012, p.17).

Noutro aspecto, de acordo com os planos nacionais sobre a educação, ela é um direito assegurado pela Constituição (1988), no entanto, segundo Colello (2021 p.10), é "evidente o abismo entre a alfabetização tipicamente escolar e a alfabetização necessária para a vida cidadã". Neste contexto, questionamos: quais os programas a nível federal /estadual e municipal /ofertados hoje nas escolas que alfabetizam em Teresina? Para quem é ofertado? O que mudou com o contexto pandêmico? Quais os meios que foram utilizados neste período?

As políticas voltadas para a educação foram marcadas por mudanças que acompanhavam os grupos políticos vigentes no poder até então, através do Ministério da Educação, O Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa governamental, no âmbito do Ministério da Educação em que os governos, federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, entes federados, firmam uma cooperação para que os estudantes dos sistemas públicos estejam alfabetizados até os oito anos de idade, em Língua Portuguesa e em Matemática, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Outro programa nacional em vigência na época, representada pela Secretaria de Alfabetização (SEALF), que tem por vigência a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a qual busca melhorar a qualidade da alfabetização no país e combater o analfabetismo, enfatizando o desempenho social e educacional, ainda diferenciada e controlada por alguns grupos étnicos, historicamente desfavorecidos na sociedade brasileira.

Se as escolas em que atuam possuem: Projeto Pedagógico? Se conhecem o Currículo do Piauí (2019) para o Ensino Fundamental? Este programa tem por parceria escolas, universidades em todo o território nacional, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no enfoque

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

das políticas púbicas. E como política para os grupos que não concluíram ou não se alfabetizaram na idade estabelecida, constitucionalmente temos a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Dentre os outros programas que fazem parte desse panorama, está o PRO Alfabetização, este como atividade continuada de formação de docentes intitulado 1º Percurso Formativo do Programa PRO Alfabetização, o encontro foi intitulado: "Seminário Regional de Boas Práticas do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (PPAIC)", trazendo em voga a temática "Avaliar para Ensinar". O evento foi promovido pela SEMEC, em que consistiu capacitações para professoras/es alfabetizadores, política pública que une iniciativas estaduais e municipais pela educação

Estes programas e iniciativas em torno da alfabetização, se organizaram de acordo com os governos políticos então vigentes. Por outro lado, não incluíam em seus currículos a discussão sobre as questões raciais e de gênero. Também, não tinham iniciativas na formação de docentes ou continuada. E mostra as lacunas dentre estes conteúdos formativos. Nesse sentido Mortatti, corrobora:

> Entendemos que hoje há mais espaço para debates relevantes acerca dos métodos de alfabetização, principalmente por conta dos estudos subsequentes que foram empreendidos no campo educacional brasileiro – parece-nos certo de que há algum tempo verificou-se que a discussão acerca dos métodos analíticos e sintéticos não dá conta de todas as contingências relacionadas ao ensino e à aprendizagem da língua nas escolas. (Mortatti ,2000,p.78)

Essas iniciativas foram herdadas do Programa da Gestão de Políticas de Alfabetização (GAL), em parceria entre a SEMEC e o Instituto Ayrton Senna (a parceria com o IAS chegou ao fim com a posse da última gestão 2020-2024, que tinha como objetivo organizar a gestão e as professoras/es alfabetizadores das escolas e assegurar a alfabetização de todos as/os alunos/as das turmas do 2º e 3º ano do ensino fundamental, por meio de avaliações e acompanhamento efetivo das ações de alfabetização em Teresina (SEMEC,2023).

Em torno dos programas do Governo Federal que abrangem todas as cidades e municípios situados no Brasil, temos destaque o *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada,* segundo o documento oficial do programa:

> Tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras até o final do 2º ano do ensino fundamental e foca a recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia. O Compromisso estabelece, entre seus princípios, a promoção da equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero; a colaboração entre os entes

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

> federativos; e o fortalecimento das formas de cooperação entre estados e municípios. (MEC, 2025)

Com esta abrangência o programa procura diversificar e abranger temas como a regionalidade, relações étnico raciais (afrodescendentes, indígenas alunos de outras nacionalidades) como forma de colaboração para a alfabetização na idade certa e agregando competências e habilidades as expressões oral e escrita, saberes matemáticos, produção textual na educação infantil e básica.

A interseccionalidade também é um conceito relevante para essa discussão. Collins (2020) enfatiza que "a experiência de opressão racial se cruza com outras formas de desigualdade", tornando necessária uma abordagem pedagógica que compreenda as múltiplas dimensões da identidade das crianças. Nesse sentido, a introdução de atividades que incentivem a reflexão sobre identidade e diversidade étnico-racial é fundamental.

A Lei nº 10.639/03 reforça a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, buscando combater o racismo estrutural e promover uma educação mais equitativa (BRASIL, 2003). No entanto, conforme Carneiro (2005), "a construção do outro como não-ser ainda persiste em diversas práticas escolares", sendo essencial que os educadores estejam preparados para desconstruir essas práticas excludentes.

A adoção de práticas pedagógicas inclusivas demanda uma formação docente crítica e comprometida com a diversidade. Hooks (2013) defende que "a educação como prática da liberdade requer que os professores desafiem os paradigmas tradicionais e incorporem novas perspectivas", incluindo a valorização das histórias e experiências afrodescendentes.

Uma das formas mais insidiosas de discriminação racial é o racismo institucional, que permeia muitas de nossas instituições, desde o sistema de justiça até o acesso à educação e cuidados de saúde. Isso resulta em disparidades gritantes em diversas áreas da vida, desde taxas de encarceramento desiguais até disparidades de saúde e econômicas. É fundamental reconhecer e enfrentar essas disparidades sistêmicas para garantir que todos os cidadãos tenham igualdade de oportunidades.

Segundo o Artigo 1º do Estatuto da Igualdade Racial, a discriminação racial é "toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica". O Estatuto ainda afirma que essa exclusão fere os direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social e cultural. Mesmo com a libertação dos escravizados em 1888, a distinção e o preconceito racial ainda estão enraizados na sociedade brasileira.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A falta de representatividade, a sub-representação de pessoas afrodescendentes em posições de poder e visibilidade contribui para a perpetuação do racismo. Promover a diversidade nas esferas de liderança é um passo importante para criar um ambiente inclusivo.

Em síntese, os desafios na implementação de práticas antirracistas no Brasil são significativos, mas não insuperáveis. A conscientização, a educação, o combate a estereótipos culturais, a promoção de políticas públicas eficazes, a busca pela representatividade e a superação da resistência à mudança são passos necessários para construir um país que valorize a diversidade e combata o racismo em todas as suas formas. Precisamos enfrentar todos esses desafios de maneira coletiva, para que consigamos de fato atingir os objetivos de uma sociedade equitativa, sem preconceitos e que não perpetue práticas racistas, principalmente no espaço escolar.

2. MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base em observação participante e interações diretas com crianças em contextos escolares. Essa metodologia permitiu compreender de forma profunda as experiências das crianças relacionadas à representação étnico-racial por meio do uso dos "lápis cor de pele".

A pesquisa foi realizada em uma escola de educação infantil localizadas na região Nazária-PI. Participaram do estudo 11 crianças com idades entre 6 e 7 anos.

A coleta de dados ocorreu por meio de observações sistemáticas em sala de aula, registros em diário de campo e aplicação de atividades direcionadas. Durante as atividades, as crianças foram convidadas a realizar desenhos utilizando conjuntos variados de lápis de cor,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

incluindo tonalidades diversas de pele. Além disso, foram promovidas rodas de conversa para explorar as percepções das crianças sobre diversidade.

Registro da dinâmica de atividades com os alunos (roda de conversa) e do material utilizado.

Desenho produzido por aluno após debates e discussões sobre a temática.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). As informações foram organizadas em categorias temáticas que englobam: percepção de identidade, representação da diversidade e impacto das atividades pedagógicas.

A pesquisa seguiu os princípios éticos. Todos os participantes tiveram sua participação voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos responsáveis legais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa teve como objetivo investigar as percepções de crianças de 6 a 7 anos sobre a representação étnico-racial através do uso de "lápis cor de pele" em atividades de desenho, promovendo rodas de conversa para explorar a diversidade. A análise dos dados coletados revelou informações valiosas que podem contribuir para a compreensão das formas de construção da identidade e da percepção de diversidade entre as crianças.

Observou-se que, durante as atividades de desenho, a maioria das crianças associou o tom de pele claro ao conceito de "cor de pele", evidenciando um entendimento hegemônico de cor de pele que não abrange as diversas tonalidades presentes na sociedade. Alguns alunos, no entanto, ao perceberem a diversidade nos lápis oferecidos, começaram a associar outros tons aos personagens que desenhavam, indicando uma abertura para a diversidade racial que ainda precisa ser incentivada de maneira mais intensiva.

Nas rodas de conversa, a maioria das crianças expressou percepções positivas sobre as diferentes cores de pele, embora algumas ainda se limitassem a conceitos simplificados de “claro” e “escuro” em relação às tonalidades de pele. A interação com os lápis de cor diferentes possibilitou, de maneira gradual, que as crianças ampliassem suas representações, mas houve uma clara necessidade de um trabalho pedagógico mais estruturado para ajudar na compreensão das desigualdades raciais presentes em sua sociedade.

Muitos relatos de crianças revelaram um certo grau de estranhamento ou dúvida ao utilizar tonalidades de pele diferentes das suas, o que reforça a necessidade de um trabalho contínuo sobre diversidade nas práticas pedagógicas. A aplicação de atividades dirigidas teve um impacto positivo no envolvimento das crianças com a temática da diversidade. Embora os primeiros desenhos e observações iniciais tenham mostrado uma resistência ao uso de cores

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

que não correspondiam às suas próprias tonalidades de pele, as atividades posteriores, especialmente as rodas de conversa e discussões sobre representações de personagens e figuras públicas, mostraram uma mudança no comportamento das crianças.

Elas passaram a demonstrar maior abertura para utilizar outros tons em seus desenhos e a identificar a diversidade racial de maneira mais natural. A análise também apontou que as crianças começaram a verbalizar mais suas percepções sobre a diferença racial, sugerindo uma mudança em sua visão sobre a inclusão e a representatividade. A pesquisa demonstra a importância de iniciativas pedagógicas que incentivem a reflexão sobre a identidade racial e a diversidade nas primeiras fases da educação infantil. Embora as atividades tenham levado a uma percepção mais ampla da diversidade, a ausência de uma constante orientação pedagógica direcionada à temática fez com que a transformação nas percepções das crianças fosse gradual.

É fundamental que os educadores introduzam discussões sobre diversidade racial de maneira sistemática e que busquem oferecer recursos pedagógicos que abordem de forma equânime as diferentes culturas e etnias. Além disso, o uso de recursos como o "lápis cor de pele" deve ser contextualizado de maneira que as crianças possam compreender que cada tom de pele tem seu valor e sua representação social e cultural.

Esse estudo também ressalta a relevância de se aplicar a teoria histórico-cultural como base para entender as interações sociais e educacionais das crianças, pois ela permite analisar como as práticas pedagógicas podem influenciar as construções sociais de identidade e diversidade racial, promovendo a transformação das relações sociais a partir da infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou o uso de "lápis cor de pele" no contexto educacional infantil, buscando compreender como as crianças percebem e representam a diversidade étnico-racial a partir dessa ferramenta. A pesquisa envolveu atividades de desenho e rodas de conversa com crianças de 6 a 7 anos, evidenciando tanto as limitações quanto as potencialidades dessa abordagem pedagógica.

Os resultados indicaram que, inicialmente, as crianças apresentavam uma visão simplificada sobre a diversidade racial, com forte associação entre "cor de pele" e tonalidades claras. No entanto, o uso dos lápis de diferentes tons possibilitou um espaço de reflexão e descoberta, ampliando a percepção das crianças sobre as diversas tonalidades de pele e o

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

reconhecimento de sua importância na representação de identidades diversas. As rodas de conversa desempenharam um papel importante ao permitir que as crianças verbalizassem suas percepções e questionamentos sobre as diferenças raciais, promovendo um ambiente mais inclusivo e reflexivo.

Este trabalho contribui para a reflexão sobre como práticas pedagógicas podem ser ajustadas para tratar a questão da diversidade racial desde a infância. O uso de "lápis cor de pele", embora pareça simples, prova ser uma ferramenta que direciona estereótipos e promove a exclusão, além de incentivar a construção de uma identidade racial limitada entre as crianças. Os resultados também indicam a necessidade de uma abordagem contínua e mais aprofundada sobre o tema da diversidade, para que as crianças possam desenvolver uma compreensão mais crítica e abrangente das questões raciais e sociais.

Assim, este estudo reforça a importância de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão e a reflexão sobre identidade e diversidade desde os primeiros anos de escolaridade, utilizando recursos que estimulem o reconhecimento e o respeito pelas diferenças. As contribuições desse trabalho são valiosas não apenas para a educação infantil, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a pluralidade racial é reconhecida e celebrada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264p

BELL HOOKS. **Olhares Negros:** Raça e Representação. Editora Elefante, 1992.

CARNEIRO .Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005.

CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar**. Contexto, 2001.

COLELLO, S. G.; SILVA, M. S. "Alfabetização e formação de educadores". In: LAUAND, J. (org.) **Filosofia e Educação** – Estudos 12. São Paulo: Factash, 2012.

COLLINS, Patricia Hill . **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CRUZ, Elisabete. **Cor de pele.** Ilustrado por Rafael Duque. São Paulo: Suinara, 2018.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Editora Ubu, 1952.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização** . 26. ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

FRANKENBERG, R. **White Women, Race Matters:** The Social Construction of Whiteness. University of Minnesota Press, 1993.

GOMES, Nilma Lino. **A Construção do Outro na Escola.** Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais**: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. Brasília: MEC,2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas po emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** 3ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** DP&A, 1997.

HALL, Stuart. "**Quem precisa da identidade**?". In: _____. Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. 4.ed. p. 103-133. Petrópolis: Vozes, 2005. Acesso em: 03 ago. 2024.

HOOKS,BelL.**Ensinando a transgredir:** a educação como pratica da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes,2013.

LINDEN, Sophie Van der. **Para ler o livro ilustrado.** São Paulo: SESI-SP, 2018.
MEC. **COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA**.Brasília.DF: MEC/GOVERNO FEDERAL, 2025.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília.DF: MEC/SEPPIR/SECAD, 2004.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Ed. UNESP; CONPED, 2000.

OLIVEIRA, Sueli Ferreira. **Lápis cor de pele.** Ilustrado Gilmar e Fernandes. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2017.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente.** Martins Fontes, 1989.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.